

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.953 - PR (2019/0280103-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : BANCO JOHN DEERE S.A
ADVOGADO : JORGE LUIS ZANON E OUTRO(S) - PR040075
RECORRIDO : GERSON LUIS STRAUB
RECORRIDO : THERESINHA RECH RIVA
ADVOGADO : JOÃO PAULO STRAUB - PR022205

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO JOHN DEERE S/A, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Paraná, assim ementado (fl. 644):

APELAÇÕES CÍVEIS – EMBARGOS À EXECUÇÃO – CÉDULA RURAL - SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – APELAÇÃO 01 - TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA – ACOLHIMENTO – DO VENCIMENTO DE CADA PARCELA DO TÍTULO - PEDIDO DE INCIDÊNCIA DA TJLP – IMPOSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE PACTUAÇÃO NESTE SENTIDO – INCIDÊNCIA DO ÍNDICE IPCA-E. APELAÇÃO 02 – PLEITO DE REAJUSTE DO CONTRATO – ACOLHIMENTO – OBSERVÂNCIA À COISA JULGADA – PEDIDO DE ABATIMENTO EM RELAÇÃO À VENDA ANTECIPADA OBTIDA PELO BANCO - NÃO PROVIMENTO – RESULTADO DA VENDA QUE CUMPRE O COMANDO DE DEVOLUÇÃO DOS BENS – LIMITAÇÃO, DE OFÍCIO, DOS JUROS DE MORA A 1% AO ANO NOS MOLDES DO DECRETO – LEI Nº. 167/67. APELAÇÃO CÍVEL 01 E 02 CONHECIDAS E PARCIALMENTE PROVIDAS.

Os embargos de declaração opostos por ambas as partes foram julgados sob a seguinte ementa (fls. 742/743):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 01 - FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS SOB PROVEITO ECONÔMICO - OMISSÃO -

INTEGRAÇÃO DO JULGAMENTO SEM EFEITO MODIFICATIVO - DEMAIS TESES REJEITADAS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 02 - INCONFORMISMO - VIA INADEQUADA PARA TANTO. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 01 PARCIALMENTE ACOLHIDOS, SEM EFEITO INFRINGENTE E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 02 CONHECIDOS E REJEITADOS.

Nas razões do especial, sustenta o Banco recorrente ofensa aos artigos 85, 2º, 141, 492 e 1.022 do Código de Processo Civil; 5º do Decreto-Lei n. 167/67, bem como divergência jurisprudencial, alegando a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional com a rejeição dos embargos de declaração e de julgamento *extra petita* com a alteração de ofício de encargos contratuais, que a verba honorária deve ser fixada com base no proveito econômico da causa e que os juros de mora não estão limitados em 1% ao ano nas cédulas de crédito rural.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Verifico que o recorrente suscitou nos embargos de declaração o pronunciamento do Tribunal de origem a respeito da impossibilidade de substituição da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) por qualquer índice de correção monetária, uma vez que este se apresenta como encargo remuneratório, nos termos da Lei n. 11.775/2008. O recorrente apontou, ainda, a impossibilidade de alteração de encargos contratuais de ofício pelo Tribunal.

Tais questões, entretanto, não foram apreciadas, mas são importantes para a completa prestação da Jurisdição.

Assim, foram suscitadas questões importantes para o deslinde da controvérsia, sem, contudo, obter pronunciamento jurisdicional a respeito, o que caracteriza ofensa ao artigo 535 do CPC/1973, regra atualmente prevista no art. 1.022 do atual CPC.

Confirmam-se, nesse sentido, os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL RECONHECIDA EM RELAÇÃO A UM DOS RECURSOS. PRETENSÃO DE REFORMA DO DECISUM.

IMPROCEDÊNCIA DAS ALEGAÇÕES. NECESSIDADE DE ENFRENTAMENTO DAS MATÉRIAS SUSCITADAS NOS ACLARATÓRIOS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O não enfrentamento pelo Tribunal de origem de tese suscitada pelo agravado nos aclaratórios caracteriza negativa de prestação jurisdicional, impondo-se o retorno dos autos à origem a fim de que seja sanado o vício apontado, independentemente da compreensão a ser alcançada.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 476.736/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 22.6.2017);

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE RECONSIDEROU DECISUM ANTERIOR PARA, DE PLANO, DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECLAMO DA PARTE ADVERSA. INSURGÊNCIA DOS DEMANDADOS.

1. Configurada a ocorrência de omissão, impõe-se o reconhecimento de ofensa ao artigo 535 do CPC/73, vigente à época, com anulação do acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração, determinando-se o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para que sejam sanados os vícios apontados. Precedentes.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgInt no REsp 1635948/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 20.8.2018);

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/1973. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RECONHECIMENTO. NULIDADE. RETORNO DOS AUTOS PARA NOVO JULGAMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MANTIDA.

1. A falta de manifestação sobre questão relevante para a solução da causa, mesmo após a oposição de embargos de declaração, qualifica negativa de prestação jurisdicional e violação do art. 535, II, do CPC/1973, vigente ao tempo em que praticados os atos processuais. Precedentes.

Superior Tribunal de Justiça

2. Reconhecida a violação ao art. 535, II, do CPC/1973, impõe-se a decretação de nulidade do acórdão dos aclaratórios, determinando-se a baixa dos autos ao Tribunal de origem, para novo julgamento do recurso.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 951.186/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 1.2.2017).

Com o acolhimento da preliminar, ficam prejudicadas as demais ofensas suscitadas no recurso especial.

Em face do exposto, dou parcial provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos para que o Tribunal de origem supra as omissões apontadas.

Intimem-se.

Brasília/DF, 25 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora